**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2021**

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021**

**O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO**, Estado de SC torna público para conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", para “REGISTRO DE PREÇO” a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 004/2021 de 05 de janeiro de 2021, conforme condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, subsidiariamente, aos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

**O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL** tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contrações dos licitantes vencedores do pregão.

O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga o Município de Bela Vista do Toldo a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**ANEXOS**

Anexo I – Termo de Referencia (quantidade de estimada).

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

Anexo III - Modelo Para Credenciamento

Anexo IV- Declaração Unificada

Anexo V - Declaração Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Anexo VI - Minuta da Ata.

Anexo VII – Declaração de enquadramento ME/EPP

**1. DAS DATAS, LOCAL, HORÁRIOS E ANEXOS.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Até: às 08h30min do dia 15 de Julho de 2021, no protocolo geral desta prefeitura.

INÍCIO DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS:

A partir das 08h30min do dia 15/07/2021.

LOCAL

Setor de licitações da prefeitura, sito a Rua Estanislau Schumann, 839 – Centro – Bela Vista do Toldo - SC.

As empresas que não protocolarem seus envelopes no prazo máximo estabelecido no item “1” não poderão participar da sessão, recebendo seus envelopes de volta lacrados, se for o caso.

Acesso às informações referentes aos julgamentos: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br);

**2. DO OBJETO**

**2.1.** A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO ZERO KM, ANO MODELO 2021, 4X2, CONTROLE DE TRAÇÃO ELETRÔNICO, MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 CV, COMBUSTÍVEL GASOLINA/FLEX, RODA DE LIGA LEVE ARO 16, CABINE DUPLA, FREIOS ABS, AR CONDICIONADO DIGITAL – (ELETRÔNICO), CAÇAMBA COM CAPOTA MARÍTIMA, ALARME ANTIFURTO, FARÓIS DE NEBLINA, DIREÇÃO ELÉTRICA, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA MÍNIMO DE 6 VELOCIDADES, TRAVAS ELÉTRICAS NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS, AIRBAGS E DEMAIS COMPONENTES EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CONFORME CONVENIO 2020TR0011559, FIRMADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE,** conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do presente edital.

**3. DA PARTICIPAÇÃO**

a) Poderão participar da presente licitação, as empresas regularmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital;

b) Não poderá participar empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública Municipal;

c) A participação na Licitação implica na aceitação inconteste de todos os termos deste Edital e dos demais Documentos que o complementam.

d) As empresas que optarem por participar na condição de ME/EPP deverão comprovar, no seu credenciamento, que se enquadram nesta condição.

**4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.**

1. Os preços registrados por força deste processo terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogados conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

**5. DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS.**

1. O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga o Município de Bela Vista do Toldo a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
2. Ao licitante vencedor, fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes concorrentes em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios respeitados a legislação relativa às licitações.
3. A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Bela Vista do Toldo convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.
4. Os interessados em participar deste Pregão poderão retirar o edital no site www.pmbvt.sc.gov.br, no link governo/licitações.

**6. DO PREÇO**

1. Os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, equivalentes aos de mercado na data da apresentação da proposta e do oferecimento de lances, podendo haver alteração no valor, a fim de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato para que seja mantida a justa remuneração do fornecimento, conforme previsto no artigo 104, §2° da Lei Federal 14.133/2021.
2. Deverão estar inclusos no preço todos os custos e despesas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fretes, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos;
3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como incluso nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

**7. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES.**

Só poderá deliberar em nome do proponente, formulando ofertas e/ou lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, o representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório junto à Prefeitura, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente que possua foto.

Para credenciamento deverão será apresentados os seguintes documentos:

1. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar o Registro comercial, no caso de empresa individual, Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades empresariais, Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para Microempreendedor Individual, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Deverá ser apresentado o original dos documentos apresentados em cópia, para conferencia.
2. Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, assinado pelo representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial ou do Ato Constitutivo, conforme o caso, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
3. Tratando-se de credenciado, a carta de credenciamento onde constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial ou do Ato Constitutivo, conforme o caso, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

O representante legal, procurador ou credenciado, deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

Os documentos de credenciamento de que trata o item “7” deverão ser entregues ao Pregoeiro no início da sessão, juntos com a **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação** conforme Anexo V.

Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um licitante.

Para participar na condição de **ME/EPP** e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de credenciamento, os documentos abaixo:

1. Declaração solicitando tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no Anexo VI deste edital;
2. Certidão simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 90 (noventa) dias da data prevista para abertura das propostas, na qual deverá comprovada esta condição.

A não apresentação dos documentos constantes nos itens a) e b) não acarretará na inabilitação, ou seja, a empresa participará normalmente do certame, porém, mesmo sendo ME/EPP, não serão concedidos os benefícios das Leis 123/2006 e 147/2014.Caso a proponente não envie representante na sessão de abertura, os documentos que comprovem os poderes do representante legal, a Certidão Simplificada da Junta Comercial e a declaração solicitando tratamento diferenciado (em se tratando de ME/EPP), deverão ser encaminhados em um envelope, juntamente com a Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação.

As empresas que não apresentarem documentação hábil para credenciarem os seus representantes legais, poderão entregar os envelopes e participar com o seu preço original ofertado, mas estarão impedidos de participar da etapa de lances.

**8. DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

A sessão pública será aberta pelo Pregoeiro, sendo recebidos das empresas interessadas em participar do pregão:

1. Documentação referente ao credenciamento conforme item 7;
2. 01 (um) envelope lacrado, contendo a PROPOSTA FINANCEIRA (ENVELOPE 01);
3. 01 (um) envelope lacrado, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02);

Não será aceita, em qualquer hipótese a participação de licitante:

1. Retardatário, a não ser como ouvinte;
2. Caso qualquer proponente deixe de apresentar a declaração de habilitação, poderá assinar tal declaração disponibilizada na sessão pelo Pregoeiro.

Serão aplicadas as penalidades previstas no item 23 deste Edital ao licitante que fizer declaração falsa.

O pregoeiro receberá os credenciamentos, na forma do item “13” deste edital, os quais deverão ser entregues diretamente ao mesmo, mediante solicitação, procedendo, em seguida a abertura dos envelopes contendo as propostas.

Aberto o envelope contendo a proposta, o Pregoeiro examinará a sua conformidade, consistindo na conferência, análise e classificação em confronto com o objeto e exigências do Edital.

Em seguida procederá ao julgamento e classificação das propostas nos moldes do item “12” do presente Edital.

Não será admitida complementação de documentos posteriormente à sessão.

Todos os atos desenvolvidos na sessão serão reduzidos em ata, que deverá ser assinada por todos os licitantes presentes.

**9. DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 01.**

As propostas deverão preencher os seguintes requisitos:

Ser impressa, escrita em português, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, devidamente datada e assinada, como também rubricadas em todas as suas folhas;

Consignar, em moeda nacional, o preço unitário e total do item cotado, em algarismo e/ou por extenso;

Em caso de divergência entre os valores unitário e total, será considerado o primeiro e, entre o expresso em algarismo e por extenso, será considerado este último;

A apresentação da proposta implica na aceitação pelo licitante:

I - do prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da mesma.

II - do prazo de pagamento será liberado em até 30 (trinta) dias, após a liquidação da Nota Fiscal, que deverá ser emitida na entrega dos produtos solicitados.

Fazer menção ao Pregão Presencial e conter a razão social do licitante, o CNPJ, número de telefone e de fax e e-mail, se houver, além do respectivo endereço e a indicação do banco e agência e respectivos códigos e número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento (sem que a ausência gere desclassificação);

Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

As propostas deverão ser entregues no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado, rubricado, contendo os seguintes dizeres:

**AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2021**

**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE**

**CNPJ DA LICITANTE**

**PROPOSTA FINANCEIRA - ENVELOPE Nº 01**

**10. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.**

Não será considerada proposta que contiver qualquer vantagem não prevista neste Edital.

10.1. Será considerada primeira classificada a proposta (último lance ofertado) que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o “MENOR PREÇO DO ITEM”.

**11. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

Após análise das propostas, serão desclassificadas, com base no art. 59, incisos I, II, III, IV e V da Lei n. º 14.133/2021:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**12. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N. º 02.**

A documentação deverá ser entregue no local, dia e hora indicado no preâmbulo deste Edital, em envelope separado, lacrado, rubricado, contendo os seguintes dizeres:

**AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2021**

**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE**

**CNPJ DA LICITANTE**

**DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE 02**

Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em cópia autenticada ou cópia simples; neste caso, mediante a apresentação dos originais para conferência pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz;

Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, quanto a Certidão de Regularidade do FGTS, quando a licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, deverá apresentar o documento comprobatório de autorização para centralização;

Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e filial, simultaneamente;

Serão dispensados da apresentação de documentos com o CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

**Habilitação Jurídica:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual (dispensado se foi apresentado junto com o “CREDENCIAMENTO”);
2. Requerimento de empresário no caso de empresário individual (dispensado se foi apresentado junto com o “CREDENCIAMENTO”);
3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (dispensado se foi apresentado junto com o “CREDENCIAMENTO”);
4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício (dispensado se foi apresentado junto com o “CREDENCIAMENTO”);
5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Devendo ser respeitadas as exigências estabelecidas Parágrafo Único do artigo 16 do Regulamento da Licitação na Modalidade Pregão.
6. Para Microempreendedor Individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (dispensado se foi apresentado junto com o “CREDENCIAMENTO”).

**Regularidade Fiscal:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
3. Alvara de Localização e Funcionamento
4. Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de certidões expedidas Pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou, na hipótese das certidões não trazerem o prazo de validade, que elas tenham sido expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias, composta de:

c1) Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à divida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;

c2) Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;

c3) Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal.

1. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRS - Certidão de Regularidade de Situação, dentro do seu período de validade;
2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

**Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial (deverá constar obrigatoriamente as palavras falência e concordata) expedida no local da sede do licitante, no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias da data de abertura dos envelopes.

**Obs.:** Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º de Abril de 2019, a certidão do modelo “falência e concordata e recuperação judicial” deverá ser solicitada também no sistema eproc. Portanto a certidão referida no item 14.5.2 e a certidão obtida através do sistema eproc deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terá validade.

**Qualificação Técnica**

a) Atestado de capacidade Técnica, firmado por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, comprovando que a licitante já forneceu produtos semelhantes ao objeto, com indicação da qualidade, quantidade, cumprimento de prazos e demais condições contratuais;

**Declarações**

Declaração Unificada conforme ANEXO IV

Todos os documentos passíveis de vencimento deverão conter seus prazos de validade. Para os documentos passíveis de vencimento, que eventualmente não contenham prazo de validade, será considerado, excepcionalmente, o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua expedição.

As certidões ou informações obtidas por meio eletrônico só terão validade depois de confirmadas pelo Órgão licitante. A empresa que inserir certidões tidas como falsas serão remetidas aos Ministérios Públicos respectivos para as providências legais cabíveis.

Ocorrendo dificuldade de acesso por meio eletrônico, a licitação prosseguirá na fase de habilitação, decidida esta, quando efetivada a comprovação da autenticidade do documento pelo sistema;

Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto neste Edital, o Pregoeiro considerará a Licitante inabilitada.

A Licitante será responsável por todas as informações fornecidas, sujeitando-se às penalidades legais caso essas informações venham a induzir o Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio a erro de julgamento.

É facultado ao Pregoeiro solicitar esclarecimentos, efetuar diligências ou adotar quaisquer outras providências tendentes a confirmar a capacidade técnica e/ou administrativa das Licitantes, sendo vedada, entretanto, a inclusão de documento/informação que originariamente deveria constar da proposta/documentação.

Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do art. 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares n° 128/2008 e 147/2014.

Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1° da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014;

A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

**13 DA SESSÃO DO PREGÃO**

A sessão do pregão será realizada no local, data e horários indicados no preâmbulo deste edital, sendo recomendável a presença dos participantes 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para a sua abertura. Após a abertura da sessão, não serão mais admitidos novos proponentes, e a licitação desenvolver-se-á conforme segue:

1. Recebimento dos envelopes "Proposta” e “Documentos de Habilitação";
2. Identificação e credenciamento de um representante por empresa, que deverá apresentar:
* Carteira de identidade;
* Instrumento público de procuração ou instrumento particular (credenciamento), com poderes para formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com o Pregoeiro e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da empresa representada, acompanhado de cópia autenticada do Estatuto ou do Contrato social ou do Ato Constitutivo, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário. No caso de sócio da empresa, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá apresentar cópia do Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

Os documentos de credenciamento passarão a compor o processo;

Abertura dos envelopes "proposta” e leitura, em voz alta, dos preços cotados;

Análise, desclassificação das propostas que estejam em desacordo com o solicitado no Edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido;

Indicação dos licitantes que participarão da rodada de lances verbais;

Da rodada de lances verbais participará o licitante que ofertar o menor preço e todos os demais cujas propostas econômicas situarem-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço ofertado;

Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item acima, participarão da rodada de lances verbais as empresas detentoras das três melhores propostas, quaisquer que tenham sido os preços oferecidos;

A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Pregoeiro considerar necessário;

O licitante, após convocado pelo pregoeiro, terá que oferecer seu lance em no máximo 01 (um) minuto;

O PREGOEIRO, A SEU CRITÉRIO, PODERÁ PERMITIR AOS LICITANTES A UTILIZAÇÃO DE TELEFONE CELULAR PARA COMUNICAÇÃO COM TERCEIROS, SOMENTE NA FASE DE LANCES, PARA EVENTUAIS CONSULTAS COM RELAÇÃO AOS VALORES OFERTADOS;

NÃO SERÁ PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DO TELEFONE CELULAR EM OUTRAS FASES DA LICITAÇÃO (CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO E JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS).

A convocação para a oferta de lances, pelo Pregoeiro, terá como referencial os valores ofertados, iniciando-se com a empresa detentora da proposta com o maior preço e finalizando com a licitante que ofereceu o menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço. O primeiro lance verbal da sessão deverá cobrir o valor da proposta escrita de menor preço. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o qual definirá a sequência dos lances seguintes;

O licitante que não apresentar seu lance na forma indicada no subitem anterior, quando convocado pelo Pregoeiro, será excluído da etapa de lances verbais e será mantido o último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas;

Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.

Dos lances ofertados não caberá retratação.

A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame.

Vistas e rubricas, pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes;

Manifestação dos demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

Adjudicação do objeto ao vencedor;

Fechamento e assinatura da ata da reunião pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes dos licitantes;

Devolução dos envelopes "documentos de habilitação" dos licitantes remanescentes, que ficarão retidos até a emissão da autorização de fornecimento;

No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

**14 DO PREÇO FINAL**

O preço final a ser registrado pela licitante na ata de registro de preços para fornecimento dos produtos deste pregão será o menor lance oferecido pela vencedora na fase de lances, registrado no histórico do pregão (lances/lote), assinado pelo pregoeiro e representante da licitante.

**15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

A ata de registro de preços será formalizada, com observância das disposições do Decreto n.º 136/2005 de, e será subscrita pelo Sr. Prefeito.

Será registrado o menor preço por item.

A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

O pagamento de 30 (trinta) dias, após a liquidação da Nota fiscal, que deverá ser emitida após a execução dos serviços.

Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

Os pagamentos ficarão condicionados, também, à apresentação, pela licitante vencedora, da prova de estar em dia com os encargos de ordem social, trabalhista e previdenciário, relativos ao seu pessoal que prestar os serviços objeto deste certame, nominalmente discriminados, bem como à comprovação do recolhimento das contribuições sociais e obrigações tributárias decorrentes dos serviços prestados exclusivamente à Prefeitura do Município de Bela Vista do Toldo, relativas ao mês imediatamente anterior ao cobrado pela prestação de serviços.

A CONTRANTE pagará a Nota Fiscal/ Fatura somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

A Fiscalização do Município de Bela Vista do Toldo, somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município de Bela Vista do Toldo.

**17. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS LICITADOS.**

Os itens licitados deverão ser entregue pela vencedora, conforme descrito no anexo I.

O prazo de entrega, objeto deste Pregão Presencial, quando solicitado, é de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, a ser emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura.

As entregas serão parceladas no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo endereço indicado na Autorização de fornecimento.

**18. DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

Homologada a licitação pela autoridade competente da Prefeitura, a empresa licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, conforme preceitua o artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

Conforme estabelece o parágrafo quinto do art. 90 da Lei nº. 14.133/2021, se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

**19. RECUSA DA CONTRATAÇÃO.**

Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

1. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;
2. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.
3. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
4. A dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

A Prefeitura, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.

**20. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS.**

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, do preço da Ata.

**21. DA ALTERAÇÃO DO CONTATO – AUMENTO E SUPRESSÃO.**

O contrato/ata pode ser alterado(a) nos casos previstos no art. 124 da Lei n° 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

A empresa vencedora obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, que, a critério da Administração, se façam necessários, ou a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes.

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

**22 – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

Será designada como gestor(a) do Contrato e responsável administrativo pela fiscalização da execução da entrega dos produtos objeto deste Edital o(a) servidor(a) xxxxxxxxxxxx, nomeada pela Portaria Nº xxxxxx, a qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor de cada Secretaria, as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

I - atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos equipamentos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

II - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

III - verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

IV - comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

V - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;

VI - informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

VII - emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:

1. Representar os interesses da empresa perante a Administração;
2. Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;
3. Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;
4. Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

**23. DAS PENALIDADES E MULTAS.**

A Contratada que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Bela Vista do Toldo, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Com fundamento nos artigos 155 a 156 da Lei nº 14.133/2021, a empresa vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;

a.1) A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da empresa vencedora;

a.2) A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Administração, a critério da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais severa.

1. Multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços/entrega dos produtos no prazo e demais condições avençadas, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10° dia de atraso, os serviços/produtos poderão, a critério da Administração, não ser mais aceitos, configurando-se inexecução do contrato.

b.2) 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação ou entrega seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços/entrega dos produtos, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10° dia de atraso, os serviços/produtos poderão, a critério da Administração, não ser mais aceitos, configurando-se inexecução do contrato.

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso da inexecução total do contrato.

1. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como, impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela Administração, para as condutas a seguir discriminadas:

c.1) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

c.2) não mantiver sua proposta;

c.3) abandonar a execução do contrato;

c.4) incorrer em inexecução contratual.

1. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 03 (tres) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do artigo 155, Lei nº 14.133/2021, para as seguintes condutas:

d.1) fizer declaração falsa na fase de habilitação;

d.2) apresentar documento falso;

d.3) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

d.4) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d.5) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

d.6) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

d.7) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica;

d.8) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

Sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa á empresa vencedora.

 As sanções previstas nos itens a, b e c poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos incisos b.1 e b.2.

Quaisquer das penalidades aplicadas serão comunicadas ao Cadastro de Licitantes do Estado de Santa Catarina, para a devida averbação.

As sanções de natureza pecuniária serão descontadas das faturas emitidas pela licitante vencedora ou, se insuficiente, mediante execução direta, caso seja impossível a compensação com faturas vincendas.

O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do Município de Bela Vista do Toldo.

A multa compensatória prevista na alínea b.3 desta cláusula tem por escopo ressarcir o Município de Bela Vista do Toldo dos prejuízos, não eximindo a empresa vencedora do dever de integral indenização, caso a referida sanção pecuniária seja insuficiente à recomposição total do dano experimentado.

**24. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS.**

Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.

As impugnações também serão aceitas e recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas quando enviadas através do e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br, desde que estejam assinadas devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.

A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Se não reconsiderar a sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados no Setor Oficial de Protocolos desta Prefeitura.

Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.

Os memoriais dos recursos e contrarrazões também serão aceitos e recebidos quando enviados através do e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br, desde que estejam assinadas, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais recursos.

Os autos permanecerão desde logo com vistas franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

**25. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.**

O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas abaixo:

1. Recusar-se a entregar o objeto adjudicado, no todo ou em parte;
2. Falir ou dissolver-se; ou
3. Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato.

**26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.**

Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo.

**27. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Quaisquer esclarecimentos adicionais e itens deste Edital por ventura duvidosa poderão ser obtidos pelo fone (47) 3629-0106, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada à reunião, destinada ao recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta Financeira”.

Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

O Pregoeiro poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão independente da equipe de apoio;

Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário.

A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu Termo de Referência-Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência - Anexo I.

O Prefeito de Bela Vista do Toldo reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.

A Prefeitura poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consoante prevê o Art. 71 da Lei nº 14.133/2021

Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o(s) convocado(s) apresentar (em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião;

Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

Os atos relativos às repostas de impugnações e recursos, e resultado da licitação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catariana no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Fica eleito o foro de Canoinhas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Licitação.

Bela Vista do Toldo (SC), 01 de Julho de 2021.

**ADELMO ALBERTI**

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

##### OBJETO

**AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO ZERO KM, ANO MODELO 2021, 4X2, CONTROLE DE TRAÇÃO ELETRÔNICO, MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 CV, COMBUSTÍVEL GASOLINA/FLEX, RODA DE LIGA LEVE ARO 16, CABINE DUPLA, FREIOS ABS, AR CONDICIONADO DIGITAL – (ELETRÔNICO), CAÇAMBA COM CAPOTA MARÍTIMA, ALARME ANTIFURTO, FARÓIS DE NEBLINA, DIREÇÃO ELÉTRICA, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA MÍNIMO DE 6 VELOCIDADES, TRAVAS ELÉTRICAS NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS, AIRBAGS E DEMAIS COMPONENTES EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CONFORME CONVENIO 2020TR0011559, FIRMADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE,** conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do presente edital.

**CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

A aceitação na entrega e controle referente aos objetos da licitação será de competência e responsabilidade do Secretário Municipal de Infra Estrutura e Serviços Públicos, ao qual caberá verificar a qualidade dos produtos entregues e somente deverá ser aceito se for conforme descrito neste Termo.

**AVALIAÇÃO DO CUSTO PELA ADMINISTRAÇÃO DIANTE DE ORÇAMENTO DETALHADO**

O valor unitário do pregão foi fixado de acordo com levantamento efetuado junto aos fornecedores e aos processos anteriores.

**DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS**

O veículo adquirido através do pregão suprira as necessidades da Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Públicos. O prazo de entrega deverá ser de 10 dias a partir do recebimento do empenho.

**RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega e emissão do documento fiscal. No documento fiscal a CNPJ deverá ser igual ao do contrato, com o qual a empresa participou do processo licitatório.

Os recursos são provenientes de recursos próprios e recursos vinculados, através das dotações do exercício 2021.

**VALOR ESTIMADO EM PLANILHAS DE ACORDO COM O PREÇO DE MERCADO**

Os valores estimados estão de acordo com os preços praticados no mercado, sendo que os mesmos foram fixados de acordo com pesquisas efetuadas, chegando a um valor máximo, conforme segue abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO MATERIAL** | **UN.** | **QTDADE** | **PREÇO MÉDIO** |
| 01 | **VEÍCULO TIPO UTILITARIO**Veículo utilitário Zero KM, ano modelo 2021, 4x2, controle de tração eletrônico, motor potência mínima de 160 CV, bi combustível gasolina/álcool, roda de liga leve aro 16, cabine dupla, freios ABS, ar condicionado digital – (eletrônico), caçamba com capota marítima, alarme antifurto, faróis de neblina, direção elétrica, transmissão automática mínimo de 6 velocidades, travas elétricas nas portas, vidros elétricos, airbags e demais componentes exigidos pela Legislação em Vigor***.*** | Un. | 01 | R$ 135.106.67 |

**DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 015/2020, os produtos objeto deste ajuste.

Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

São obrigações do **CONTRATADO**, além de outras decorrentes da legislação aplicável:

I – Entregar o Veículo de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados neste Instrumento. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, o **CONTRATADO** ficará sujeito a multa estabelecida no Contrato.

II - O **CONTRATADO** deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigida no Contrato.

# OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto do Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

**PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

 A fiscalização na entrega e controle referente à qualidade dos produtos desta licitação será de competência do Secretário Municipal de Infra Estrutura e Serviços Públicos, no ato do recebimento do Veículo e o gerenciamento do Contrato será de competência e responsabilidade da Secretaria de Administração.

**PRAZO DE ENTREGA**

O objeto ora licitado deverá ser entregue pela empresa vencedora do presente certame, nas dependências Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Públicos, ou a sua ordem de acordo com a solicitação, no prazo máximo estipulado no edital.

Bela Vista do Toldo (SC) 01 de Julho de 2021.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Antonio Alberti**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

**ANEXO II**

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. xxx/2021

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social: CNPJ: I.E. (se houver):

Endereço: Bairro:

Cidade: UF: Telefone: ( )

E-mail:

Conta Bancária:

Banco Ag: Conta Corrente:

Responsável pela empresa:

CPF:

Cargo do responsável:

À Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Presencial Nº XXX/2021, conforme planilha abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNI** | **QUANT** | **MARCA** | **R$ UNIT.** | **R$ TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R$ (por extenso)

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal

Cargo/função do representante legal

**ANEXO III**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021

EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa licitante) , por seu representante legal (doc. Anexo), CNPJ , com sede na Rua , cidade de , credencia como seu representante o Sr. (nome e qualificação) , para participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para a formulação de propostas, e a prática de todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão de única de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2.002.

Data

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal

Cargo/função do representante legal

**ANEXO IV**

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Pregoeiro e equipe de apoio

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021

EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a empresa ........................., CNPJ nº ......................, com sede na

............................................, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a). , Portador(a) do

RG sob nº ................................................. e CPF nº ........................................................, residente na Rua ................., bairro........, município de ........................ cuja função/cargo

é..................................................(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)........................................., portador(a) do CPF/MF sob n.º..................................., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao Pregão Presencial n.º Nº XXX/2021 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Local e Data

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal

Cargo/função do representante legal

**ANEXO V**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021

EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaro, nos termos do inciso VII do art. 4 da Lei nº 10.520/2002, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica............................, inscrita no CNPJ

..........................................., estabelecida à Rua ........................., ....., por mim legalmente representada, possui integralmente requisitos para habilitação no PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2021, do Município de Bela Vista do Toldo, não estando impedida de participar de licitações e de contratar com a administração pública em razões de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

(Local e Data)

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal

Cargo/função do representante legal

**ANEXO VI**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021

EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento que entre si celebram, o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ADELMO ALBERTI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.117.305 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 948.399.059-91, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, 1.100, centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, e de outro lado a empresa:

EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº XXXX, com sede na XXX, nº X, Bairro XXX, XXXXXXX, SC, representado pelo Sr. XXXXXXXXX, brasileiro, casado, profissão, nascido em XXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXX, inscrito no CPF sob nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXX, nº XXX, Centro, XXXXX, SC, CEP XXXXX;

Resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002, bem como do edital de pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA DO ITEM

EMPRESA XXXXXXXXX, acima qualificada:

ITEM PRODUTO Un.

Medida Qtd R$/Unit. R$/Total

01 XXXXXX X X X X

Total do Fornecedor > X

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARAAQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO ZERO KM, ANO MODELO 2021, 4X2, CONTROLE DE TRAÇÃO ELETRÔNICO, MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 CV, COMBUSTÍVEL GASOLINA/FLEX, RODA DE LIGA LEVE ARO 16, CABINE DUPLA, FREIOS ABS, AR CONDICIONADO DIGITAL – (ELETRÔNICO), CAÇAMBA COM CAPOTA MARÍTIMA, ALARME ANTIFURTO, FARÓIS DE NEBLINA, DIREÇÃO ELÉTRICA, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA MÍNIMO DE 6 VELOCIDADES, TRAVAS ELÉTRICAS NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS, AIRBAGS E DEMAIS COMPONENTES EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CONFORME CONVENIO 2020TR0011559, FIRMADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos do presente edital..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA

O prazo de entrega é de máximo é 03 (tres) dias corridos contados da data de recebimento da Autorização de fornecimento.

As autorizações de Fornecimento expedida(s) após a assinatura da Ata de Registro indicará(ão):

a) o nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;

b) o e-mail e telefone (fax) do setor, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;

c) o item e a quantidade solicitada;

d) a data da expedição da Autorização der fornecimento;

e) o prazo de entrega (data e horário);

f) o endereço do local onde o objeto solicitado deverá ser entregue.

A Contratante expedirá por meio de e-mail e/ou ofício e/ou fax à Contratada a Autorização de Fornecimento. A Contratada deverá confirmar por escrito, enviada por e-mail, o recebimento da Ordem no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de

01 (um) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do empenho, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia. Após esse período, a contratada ficará sujeita à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O objeto deverá ser entregue em local designado na ordem de serviço ou no endereço Rua Estanislau Schumann, 839 – Centro – Município de Bela Vista do Toldo/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação e/ou incorreções, a Contratada deverá complementar e/ou corrigir em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de (02 dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Diretoria de Compras de por meio transferência bancaria em conta corrente indicada pela empresa contratada.

Na Nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o número do contrato, a descrição dos produtos, quantidades, preços unitários e o valor total.

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Caso o contratado não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

A despesa estimada onerará as dotações orçamentárias inerentes a compra.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 0XX/2021 e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega.

Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto no artigo 156 Lei Federal nº 14.133/2021 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência. E ainda será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de

1 (um) dias útil antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 1 dia útil. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s), por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e multa prevista no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. XXX/2021 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S);

A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA NONA – FORO

O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Canoinhas/SC.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Bela Vista do Toldo, XX de XXX de 2021.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Adelmo Alberti Prefeito Municipal

EMPRESA

Representante CPF.: 000.000.000-00

Testemunhas:

Testemunha 1

CPF.: 000.000.000-00

Testemunha 2

CPF.: 000.000.000-00

**ANEXO VII**

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2021

EDITAL DE PREGÃO N.º 0xx/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) declara que, através de seu(s) responsável(is) legal(is) Sr.(s.) , que:

01 - Quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006.

02 – Afirmamos que estamos enquadrados na condição ( )ME/( )EPP, portanto temos, legalmente, o direito de participar da Licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006.

Local e data.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal

Cargo/função do representante legal